



CAPÍTULO 3

DIÁLOGOS SOBRE DIFERENÇA, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: O QUE A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA TEM A VER COM ISSO?

Gilson Abdala Prata Filho¹

Edmar Reis Thiengo²

Fernanda Malinosky Coelho da Rosa³

1 SOBRE A CONVERSA

As discussões referentes à Educação Inclusiva têm sido mais presentes nos meios acadêmicos. Apesar da necessidade de compreendê-la e garantir uma educação que seja realmente inclusiva, ainda temos muito que avançar no que diz respeito à temática. A presente entrevista faz parte da ementa da disciplina de Fórum de Debates em Pesquisas em Educação Matemática do curso de Doutorado Profissional em Ciências e Matemática do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática do Instituto Federal do Espírito Santo (Educimat/Ifes). Dentre os objetivos propostos pela disciplina, destacamos o que se refere à promoção de diálogos, por meio de entrevistas, com pesquisadores da área da Educação Matemática. Essa entrevista foi realizada com a professora Fernanda Malinosky, no dia 16 de novembro de 2023, por meio de uma webconferência, com duração de 1 hora e 15 minutos, sendo gravada para ser transcrita posteriormente.

2 ENTREVISTA

Prata Filho – Professora, como você se descreve enquanto pessoa e enquanto pesquisadora?

Rosa – Já começou com pergunta difícil né? (risos) Eu ia perguntar no início se eu precisava fazer minha audiodescrição, mas vou fazer para que possamos respeitar as pessoas que não enxergam. Eu sou a Fernanda, sou uma mulher parda com cabelos abaixo do ombro, ondulados, agora sou mãe do Heitor, comecei essa

¹ Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)

² Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)

³ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

jornada em 2023, uso óculos. Estou sentada no escritório da minha casa, vestida com uma camiseta azul. Enquanto pesquisadora da área, não sei se eu sou das convencionais, pra mim é um pouco diferente essa questão, porque eu comecei em uma linha mais convencional, e eu não diria tradicional pois eu vou e volto nas pesquisas, mas ao mesmo tempo eu digo que não sou convencional, porque chegam alunos com todo tipo de pesquisa aqui. Eu comecei com a Educação Especial e falei que ficaria nisso e acabei ficando com a Deficiência Visual (DV). Comecei a orientar apenas pessoas que trabalhavam com DV. No final de 2017 eu tomei posse na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e em 2018 na pós-graduação. Minha primeira aluna foi sobre DV, a segunda já foi sobre surdez, o terceiro foi sobre autismo, depois altas habilidades e não tinha como falar não, pois eu era a única que pesquisava nessas áreas aqui. E eu pensava, até que ponto eu “tô” excluindo, porque eu ficar na minha caixinha, na minha zona de conforto eu estou excluindo. E então, eu precisava sair do convencional, que eu sentia um pouco no grupo do GT 13, que era focar nas deficiências e eu ficava preocupada no tipo, até que pouco eu vou sair das deficiências e ser excluída, no sentido de falarem que eu estava abraçando muita coisa, questionada se eu ia dar conta, se fosse melhor eu ficar em apenas em uma situação?! Aí eu fiquei um tempo em cima do muro pensando no que eu ia fazer e não só nessas questões temáticas, mas eu tive que pensar também nas questões metodológicas. Um aluno chegava querendo discutir algumas coisas que eu parava e falava que não dava pra ficar apenas nas narrativas, que era o que eu havia começado a fazer. E aí eu queria me aprofundar um pouco mais, mas a pesquisa não cabia, então eu falava que precisaria pensar na parte metodológica, porque narrativas apenas não cabem. Daí fomos para pesquisas de cunho etnográfico, algumas para etnomatemática, que são de outro colega que trabalha comigo, então eu estou a todo momento me reinventando e saindo da zona de conforto. É difícil isso, mas é necessário, porque eu fico pensando em que adianta eu discutir inclusão se eu estou excluindo? E até nesse momento de discutir com os pares, escolher os alunos da pós-graduação a gente estava vendo que eram micro exclusões. Eu estava discutindo outra coisa, falava, mas não fazia. E isso me fez sair da zona de conforto.

Prata Filho – Em um de seus artigos, diferentes documentos citados trazem questões inclusivas, com destaque ao acesso, à permanência, o respeito e apreço à tolerância. Além disso, discute sobre os documentos que orientam a educação brasileira apontando as discussões sobre os temas transversais e o atendimento à diversidade humana. Apesar desses apontamentos legais, o que, de fato, precisa para que haja uma inclusão?

Rosa – Essa é a pergunta de milhões, né? Porque eu começo, é ele, o Tiago, nós começamos esse artigo, eu falo muito. Uma reunião que me convidaram, um grupo

de pessoas que eu não conhecia, e aí nisso essa mulher começa a me atacar falando aquela situação (apontada no artigo). E aí eu fiquei pensando é, eu fiquei muito chateada com a situação, fui “pro” carro, gravei um áudio contando para o Tiago que tinha acontecido, ele tentando me acalmar e eu fiquei perguntando, se é essa inclusão como utopia. E até que ponto, ela, assim, estava errada, mas ela tem que perguntar se essa questão da utopia seria coerente. Respondendo à pergunta de vocês, essa questão da inclusão é um paradigma. É algo muito além do que o que a gente tem hoje. Vamos chegar lá um dia? Não sei. Porque o que se tem hoje não é o real sentido da inclusão. Nós temos algumas atitudes inclusivas, uma microinclusão, algumas macros inclusões e aí fazendo referência ao que o grupo Ole discute sobre micro e macro inclusões, ele tem lentes pensando numa inclusão no sentido mais macro. Não é que algumas delas não são colocadas em prática ou são colocadas em prática parcialmente. Eu concordo com o Ole e temos micro inclusões que às vezes dentro de salas de aula eu tenho atitudes inclusivas. Para a gente chegar lá, eu acho que a gente tem que ficar como um todo, começar a pensar em nossas práticas como atitudes inclusivas, porque não adianta eu chegar aqui para vocês, começar a discutir inclusão, e aí eu vou e promovo algumas pequenas exclusões no meu dia a dia, porque é um trabalho de formiguinha, não tem jeito. Eu tenho que começar a praticar algumas atitudes inclusivas para eu atingir o todo. E aí isso eu estou assim, observando até na minha prática, porque não adianta chegar na minha sala de aula enquanto professora de matemática ou de cálculo, pegar e começar a escrever e falar ao mesmo tempo, porque às vezes é o que acontece, às vezes eu me pego fazendo isso nuns pedaços da aula e aí eu viro e falo assim: porque é isso? Aí você vira e fala assim, “Ah, mas tu não tem nenhum surdo na sua sala de aula? Não?”. Mas eu vou fazendo isso mesmo sem ter surdos na minha sala de aula, eu vou fazendo essas situações porque às vezes eu não tenho surdo, mas tenho um aluno que tem mais dificuldade e pra ele aprender um pouco melhor, se eu escrever e depois parar e falar. Meu aluno não é mais um, então eu preciso dar uma parada. Vamos respirar e vamos ver? Ah, ele não entendeu? Vamos explicar de uma outra forma, mas nunca repetir da mesma forma que eu acabei de explicar. Então assim, ah, vou fazer materiais, por que é que eu faço material? Vou fazer material só se eu tiver um aluno com deficiência na minha sala de aula? Eu não posso fazer um material ou algo diferente para todos, então assim eu fico pensando sobre isso, e na hora de pensar as minhas aulas, as pessoas falam assim, ah, mas é difícil pensar uma aula olhando para cada um, pensando na heterogeneidade. Pode ser, mas se eu não começar por algum lugar... Encontrem, acaba dizendo que eu vou preparando as aulas e, ah, todo ano eu dou aulas de cálculo, todo o semestre, na verdade, porque são várias turmas de cálculo. Cada aula eu penso, eu já tenho o material pronto, mas eu olho para aquele material e penso para a particularidade daquela turma. E aí vamos lá, aquela aula, não vamos dar conteúdo como um todo... Depende muito. E

aí eu repito aquilo. Estou fazendo o correto? Não sei, mas estou fazendo o máximo e ouvindo os alunos também, porque eu deixo um espaço para os alunos falarem, o que que está legal, o que que não está, e aí depois disso eu viro e falo assim: vou mudar isso daqui, vamos mudar um pouquinho e aí vou adequando as coisas. Parece que um conteúdo matemático é fixo, eu vou chegar, eu tenho que dar derivada, é isto e pronto e acabou. Não, eu consigo ali dentro ir organizando as coisas para melhor atender a dificuldade e a especificidade do aluno, e aí eu vou promovendo algumas práticas em cima daquele conteúdo que tá pronto.

Prata Filho – Legal, porque a gente às vezes pensa que inclusão é todo aquele processo mais burocrático, né? E a gente percebe que são coisas, são mudanças na nossa prática, de fazer com que aquele conteúdo, aquela discussão, ela seja acessível a todos. Como você tem percebido a inclusão no ambiente escolar a partir das pesquisas? Você, por exemplo, trouxe agora um relato seu, enquanto professora, e aí também pesquisadora na inclusão. Mas como tem sido, é como você tem percebido essa inclusão nas pesquisas que você está realizando, com os seus orientandos, seja na educação básica ou no ensino superior?

Rosa – Olhando primeiro, é um olhar mais amplo das pesquisas da área. O que eu tenho observado é que as pesquisas estão caminhando para uma discussão de uma educação, de um modelo de deficiência, sendo olhado para a parte social. O indivíduo é como indivíduo, enfim, não um modelo médico que eu olho e falo assim, olha, esse daí é CID 10, então ele faz isso, tem alguns sujeitos estereotipados, assim como o outro lá. Olha, ele vai ter um hiperfoco como uma pessoa autista. Ah, e todo autista, tem um hiperfoco, todo autista, ele é, tem algumas repetições? Nem todos, mas às vezes por causa do CID do modelo médico, parece que é um checklist. E aí você esquece que ali tem um ser, que tem as potencialidades. Então eu tenho percebido, olhando para as pesquisas da área, tenho percebido que esse olhar está voltando um pouco mais para esse modelo médico e isso é bom. E aí você valoriza o indivíduo, por sua potencialidade e não pela falta. Um olhar do que falta nele. Isso está ok. Perfeito, agora, olhando para a escola, eu não consigo perceber isso, esse olhar para o modelo médico, infelizmente, às vezes a gente vai conversar com um professor e ele fala assim, “Ah, você trabalha com a educação inclusiva?”. É, é porque aí fala, quando você fala educação inclusiva, ele já associa direito à educação especial. E não é, né? E aí você vira, e a pessoa fala para você, olha, eu tenho um aluno assim, eu acho que ele tem um probleminha, mas ele não tem um laudo. E aí eu deixo a pessoa falar do “probleminha”, porque a pessoa quer desabafar, e aí no final eu fico pensando, mas será que só esse alguém tem problema?... O que eu fico pensando é essa questão da necessidade de rotular, e aí, ao invés de eu pensar em possibilidades. Entendo que em algumas escolas os professores não têm o apoio, mas essas questões das atitudes também, às vezes marca o próprio aluno

na trajetória, então, há necessidade de olhar junto com a comunidade escolar, mas não em todas as escolas, mas acontece. Há escolas ou professores, e às vezes é um professor específico que tem essa atitude de olhar as potencialidades e trabalhar isso no aluno. Em relação ao movimento até as minhas pesquisas, eu costumo falar que mudou bastante desde quando eu comecei a trabalhar com isso. Lá, quando eu saí da graduação e comecei a trabalhar com a professora Ana Kaleff, a gente olhava muito, pegava um material – que a gente trabalhava no laboratório de geometria da Universidade Federal Fluminense (UFF) –, a gente olhava o material e falava assim: um cego consegue usar isso aqui? Não, não consegue perceber. Então vamos adaptar? Agora vamos “pro” instituto Benjamin Constant testar? Então a gente estava no sentido de testagem, e a gente testava o material e se tivesse ok a gente divulgava. Foi uma fase, tá tudo bem. Mas hoje em dia eu penso que tem gente fazendo isso e aí me preocupa essa questão da testagem. Não que não possa você criar materiais, há necessidade, mas você faz testagem daquele material para um aluno específico, mas e o todo? Porque muitos materiais que foram criados naquela época, criavam os materiais, olhavam para os cegos e eu via que eles aprendiam e os outros alunos também. Então, por que continuar nessa linha de criar material e testar. Então assim, eu vejo que está mudando muito. Eu mudei muito nessa parte das pesquisas, mas ainda aparecem alunos para fazerem mestrado ou doutorado com projetos falando: “Olha, o meu projeto vai criar um material e aí eu vou tirar o aluno de sala de aula, levar com uma salinha e testar”. E aí eu pergunto, olha, qual é sua concepção de educação inclusiva? Porque se você está falando de um modelo de educação especial, aí o texto do projeto vem todo falando da educação especial, na perspectiva inclusiva. E aí, qual é a lógica de você falar sobre isso e depois dizer que vai tirar todo mundo da sala de aula, levar com uma salinha para testar? Isso seria exclusão, isso é retroceder. Então assim, tem algumas coisas que ainda estão acontecendo, que é uma quebra de um discurso. Parece que você vai caminhando num discurso inclusivo, mas na prática é ao contrário. Eu ainda “tô” meio assim, com algumas coisas que tinham aparecido, e tentando discutir isso, tencionar isso, e por isso esse texto (o artigo), que eu acho que foi mais assim, um desabafo, porque há tantas coisas que estavam acontecendo, eu estava tão chateada com essas coisas que estava aparecendo para a gente, né? É como se a gente estivesse fazendo, discutindo inclusão, porque era moda e na verdade, pensando na inclusão como um todo e não só nas pessoas com deficiência. E quando chegou essa situação, eu parei e falei assim, nossa, tá, a gente precisa falar um pouco melhor sobre isso e aí não está acontecendo, por que o que que ainda está funcionando? Ainda falta bastante, tem que começar por algum lugar.

Prata Filho – Esse movimento então, acontece quando a gente começa a olhar realmente essa inclusão, né? A gente fala muito sobre inclusão, mas quando chegamos na prática, muitas vezes queremos desenvolver um trabalho com o aluno

à parte para ver se aquilo funciona para ele, mas aí vamos contra o que é mesmo essa inclusão. E você tocou num assunto que, inclusive, é a nossa próxima pergunta. É, a gente fala muito de inclusão na escola, como você mesmo disse, às vezes parece até uma moda falar sobre inclusão, mas, dentro dos espaços escolares, pelo menos é onde eu estou inserido, a gente fala de inclusão, mas pensamos sempre na educação especial. Como que a gente pode mobilizar a equipe escolar a desenvolver uma educação que realmente seja inclusiva?

Rosa – Eu acho que a primeira coisa é você olhar para o outro, na sua singularidade e esquecer que o que precisa ter incluído é aquele que é diferente. Porque todos nós somos diferentes. Então por que o outro, quando me relaciono com o outro, eu acho que ele é diferente e eu não? Então a primeira coisa para a gente conseguir entender, praticar a educação inclusiva é parar de pensar na normalidade, porque eu sou normal e o outro não é. O que é normal? Isso é um questionamento. O que a gente tem que pensar é para além da sua normalidade, falsa normalidade, que existe né? Ele é igual a mim, está no meu grupinho, e é tão normal quanto a mim. O outro tem uma diferença, algo que eu não gosto, eu vou excluir ele. Ele vai ser “o diferente”. O que está acontecendo e aí, pensando na educação inclusiva, como todo, o que está acontecendo, é você não olhar para a diferença e aí excluir, por exemplo, a pessoa tem uma religião diferente da minha, então ela não cabe. Tem um livro da Claudia Werneck, a mãe da Tatá Werneck, que ela fala quem cabe no seu todo? E aí eu pergunto, quem cabe no nosso todo? Se a pessoa tem uma religião diferente, uma cor de pele diferente, se tem uma orientação sexual diferente, ela não vai caber no meu todo? As escolhas que ela faz, aí fala, cabe no meu todo ou não. A diferença dela me incomoda por quê? Eu também sou diferente. Então, se eu ficar pensando “ah, mas ele não é normal por causa disso”, você já está partindo para uma exclusão e que essa educação inclusiva não é para todos...

Prata Filho – A gente precisa promover realmente a inclusão, não só daquele aluno que chega com o laudo, mas para todos. Precisamos entender o que seria mesmo essa inclusão, o que é esse diferente? A gente está pautado em uma normalidade e quem é que dita essa normalidade? É preciso ter um olhar de trabalhar com as crianças nos espaços escolares. Em 1995, aconteceu na China a conferência mundial sobre mulher e desenvolvimento, debatendo diferentes questões sobre gênero e sexualidade. Esses debates voltam a ser feitos atualmente, no entanto, em sua grande maioria, como forma de promover a exclusão e inferiorizar os grupos. Diante das pesquisas que vem realizando, você percebe que tem sido feitas discussões a respeito dessas questões? Se sim, como tem sido? Há resistência/aceitação por parte da gestão, dos professores e/ou estudantes?

Rosa – Ai Jesus (risos), eu só queria fazer um parêntese sobre a questão anterior, assim, só pra dizer que eu não sou contra os institutos especializados, eles são muito importantes para a parte de habilitação, reabilitação e também pra a parte escolar

e é uma escolha da família que quer deixar no instituto especializado ou não, mas agora tem a escola. Em relação às questões de gênero e sexualidade tem um aluno meu que começou a trabalhar com isso desde a graduação. E aí, é interessante que ele está agora o terceiro ano dele comigo e o primeiro ano no mestrado, então ele ficou 2 anos da graduação trabalhando comigo e 2 anos é... complicado, assim, no sentido que 2 anos conservadores, os 2 anos anteriores bem conservadores que pra eu passar o projeto dele, era ele e uma outra, a outra era discalculia, então foi tranquilo passar o projeto dela como iniciação científica e tem a ver com matemática né? Agora... é irônico né? E o dele eu tive que mudar um pouco o título, porque ele queria falar sobre pessoas, e quanto o bullying e esses preconceitos afetam a questão do ensino e aprendizagem das pessoas que se identificavam com a comunidade LGBTQIA+ e quanto isso afetava em sala de aula. E assim algumas pessoas viravam e falavam assim: "Cara, o que isso tem a ver com matemática?". Isso tem a ver com a matemática, com a física ou com a química, com a biologia, com tudo, porque afeta a escola. Então se a pessoa não quer ir, "tá" depressiva, ou algo assim, ela não vai aprender, ela não vai querer nem ir pra escola. Então eu fico pensando, qual é a responsabilidade ética e social, nossa enquanto professores? E aí, não? Não vou falar nem de matemática, mas como um todo, né? E a matemática, a gente não tem como falar que é uma disciplina inclusiva. Nos conselhos de classe, se o aluno passou em outras matérias e não passou em matemática, pediam para mudar as notas... Eu achava isso um absurdo! E aí eu fiquei pensando no quanto a matemática contribui para exclusão, mesmo que seja micro, mas o quanto isso pode contribuir e o quanto isso pode levar um aluno a desistir da escola. Não estou dizendo para aprovar todo mundo, mas é refletir sobre... o quanto a matemática pode excluir. E aí, nesse sentido, da questão do gênero e da sexualidade, aqui na UFMS, meus alunos precisam apresentar no final do ano uma pesquisa, como se fosse para mostrar para a sociedade o que você ficou fazendo durante o ano. E eu acho muito interessante isso! E eles passam por uma avaliação. E na explicação de um aluno, o professor perguntou "o que isso tem a ver com a matemática?". E aí é a pergunta que eu jogo para vocês... o que essas questões, você discutir direitos humanos, discutir inclusão, você discutir o direito ao acesso e à permanência não é só acesso, porque a legislação falava que não pode negar a matrícula, mas você tem que promover a permanência desse aluno, independente da instituição, da escola ou se é universidade. E eu não sei se está promovendo a exclusão dentro da sua sala de aula, e aí, dentro dessa pesquisa que ele fez que saiu até o TCC dele depois, aqui não é obrigatório, mas ele quis fazer e entrevistou ex-aluno do curso de Matemática e ele se identifica como o público da comunidade LGBTQIA+ e é negro também. E aí ele coloca umas falas que aconteceram em sala de aula e quase o fizeram desistir. Então assim, chega o professor e faz piada da roupa dele na frente, então. Ele cortou o cabelo, deixou, raspadinho e tudo ok. Quando o cabelo começou

a crescer, teve um professor que chegou no meio da sala de aula, falou assim, mas está tão afro hoje. Ah, por que eu tenho que ensinar cálculo, eu não posso discutir questões de direitos humanos, inclusão ou eu posso excluir? Fazer um comentário como esse? Algumas vezes eu sinto que as pessoas têm legitimidade para falar algumas coisas e parecem ter apoio, tem respaldo. Nesse período (referindo-se aos dois anos conservadores), você podia botar para fora qualquer coisa e se reclamasse, era “mimimi”. Não estou falando que essa época mudou, mas hoje ainda tenho que pensar muito para desconstruir algumas coisas. Temos que discutir cada vez mais e pensar cada vez mais sobre esses assuntos.

Prata Filho – Infelizmente ainda existem pessoas com esses comentários, e aproveitando essa temática, no início do artigo, os autores trazem a fala de uma professora e sua rejeição à permanência dos estudantes com deficiência nas salas regulares. O desrespeito e a intolerância em relação aos variados grupos (vulneráveis) têm sido frequentes na sociedade. Quando tratamos de Educação Inclusiva, apesar dos muitos avanços, ainda vemos muitos preconceitos e intolerância. O que pode ser feito para minimizar ou eliminar esses preconceitos pensando em uma sociedade mais inclusiva?

Rosa – Acho que a própria escola poderia promover ações para discutir. ... Até mesmo discutir a inclusão de pessoas com deficiência na escola, eu fico vendo alguns professores solitários que dentro da sala de aula com seus alunos com deficiência, sem apoio da escola. E aí, o que o professor resolve fazer? Ele deixa o aluno no cantinho, porque tem um professor mediador e ele não quer se estressar, já que ele não tem respaldo. Mas ele não discute a promoção da igualdade, da inclusão com os outros alunos, o que poderia ser feito para todos trabalharem juntos. Então, é uma série de coisas que poderia vir da escola e ter promoções em outros espaços. Eu vejo que já tem algumas discussões, mas às vezes não é para todo mundo. Às vezes é só para algumas escolas, escolas que estão mais próximas dos centros... então, tem essas questões também. O que eu não consigo ver em algumas escolas é essa promoção da inclusão. Fazer ações, entende? Tem uma ou outra, mas é em dias específicos, e na verdade você deveria promover essas ações com pequenas atitudes. Ah, vamos promover trabalhos. Vamos pensar numa inclusão como um todo, não só daquela criança com deficiência que está ali na sala de aula.

Prata Filho – E pensar nessas práticas e promover discussões nos espaços escolares e levá-las para os espaços externos à comunidade escolar. Falando nessa prática dos professores, vamos falar sobre o ensino superior. Ao longo da graduação, em licenciatura, encontramos ou nos deparamos com casos isolados de contato com os pressupostos da educação inclusiva. Em algumas até existe o direcionamento. Inclusive, ainda há escassez de formação nesse sentido. Quais seriam as melhores alternativas para mudar essa realidade?

Rosa – Recebi um texto que dizia que a solução era colocar mais disciplinas na licenciatura sobre o tema. E aí eu questioneei a pessoa e falei assim, olha, e se a gente for colocando e pensando na educação inclusiva como algo amplo, quantas disciplinas que vocês acham que a gente tem que encaixar nas licenciaturas – qualquer licenciatura – para dar conta desse tema maior, e a pessoa sair da graduação dizendo que está preparada para isso. São muitas, porque são muitas variáveis. Pegando a educação especial, tem muitas deficiências e cada uma delas tem suas especificidades, e aí vai precisar colocar uma disciplina para cada tipo de deficiência, já vai ser bastante. Quantos anos teria essa licenciatura? Não é viável. A minha questão é: Por que não, eu discutir isso, perpassando as disciplinas? E não só as de educação... essas questões sobre inclusão devem ser faladas em todas as disciplinas, em todos os cursos, inclusive no bacharelado. Eu falo pros meus alunos “vamos olhar para isso e vamos pensar na nossa prática”. Quanto tempo a gente tem dentro da universidade que vamos refletir sobre nossa prática? Só nas aulas de práticas de ensino e de estágio? É preciso refletir como um todo. Porque nessas aulas de cálculo, alguns alunos reclamam que não tem um contexto da escola. E por que eu não posso falar sobre isso? Sobre o que eu vou ensinar lá na escola e dar um contexto? Nem tudo eu vou usar lá na escola, mas eu preciso saber desses bastidores para me preparar matematicamente para entender o que eu vou ensinar lá na escola. Tudo bem, mas a partir disso eu não posso comentar o que está acontecendo lá, isso já é você pensar – e não precisa falar do contexto da educação inclusiva, porque você se sente que não foi preparado para isso – , mas eu não posso falar sobre a escola em disciplinas que não sejam só as de educação? Eu não penso que tenha que colocar mais disciplinas, mas sim discutir com as que já tem na universidade.

Prata Filho – Vamos falar sobre a formação continuada. Para que a Educação Inclusiva se estabelece, há um papel muito importante por parte dos processos de formação de professores. Como podem ser pensados esses processos, na Educação Matemática, de modo que colaborem com uma Educação Inclusiva?

Rosa – Na formação continuada, ela não precisa vir só da universidade. Eu percebo que parece, o conhecimento vem só da universidade e tem colegas nossos, trabalhando na escola que fazem práticas muito interessantes, mas não ter a oportunidade de falar sobre elas (as práticas) porque parece que invalida, só pelo fato dele não estar na universidade. Parece que a prática dele não tem valor. E aí as formações municipais e estaduais são feitas por pessoas de fora e não olham para o que tem dentro. Então isso também é uma crítica muito grande que eu faço, porque quando me chamam para dar uma formação, eu pergunto sobre as práticas e quem gostaria de apresentar essas práticas. Porque são muito interessantes algumas coisas que os professores fazem e são invisibilizadas. Então é interessante olhar também para o que a gente tem dentro (das escolas)... Por que eu não posso chamar esse

professor para dar uma palestra dentro da universidade? Uma colega de trabalho aqui, chamou duas professoras que estavam há muito tempo na escola e elas ficaram super sem graça porque elas iam participar da aula na universidade, como se não fosse um espaço de pertencimento, como se elas fossem menores e eu falei que elas podiam (muito) ocupar esse espaço também para falar das suas práticas. E isso valoriza o trabalho que elas fazem na escola.

Prata Filho – Falando dessas práticas e sabemos que tem muito professor desenvolvendo muitas coisas bacanas por aí, como trabalhar com alunos com deficiência intelectual ou surdos/mudos conteúdos estritamente algébricos que requerem uma memória mais apurada em relação às técnicas/procedimentos e um complexo raciocínio abstrato?

Rosa – Não tem uma receita de bolo né? (risos) O que eu vou fazer para meu aluno, eu tenho que entender primeiro qual a idade desse aluno, qual o contexto que ele está, o que ele já aprendeu ou se é que aprendeu alguma coisa até o momento. Então, assim, primeiro eu tenho que entender e tentar conversar um pouco com o mediador, o professor AEE, ter o primeiro diálogo entre os profissionais, que às vezes não há. Às vezes entramos em sala de aula com o nosso planejamento pronto e achamos que não é preciso conversar com ninguém e se o aluno aprender, aprendeu. Então, a primeira coisa é conversar com a equipe de atendimento educacional especializado. Depois, é preciso entender quem é esse aluno e como ele aprende. Em seguida, identificar se há alguma ação ou material de uso – que é feito – para aquele estudante. Às vezes alguns desses alunos têm dificuldade de compreender a forma como expomos para os demais, por exemplo, com uma escrita muito ampla, então às vezes é preciso colocar uma escrita mais curta, mais objetiva e isso também é uma forma de incluir e depende do aluno também. É importante lembrar que não vou usar o material apenas para esse aluno, porque às vezes tem outros alunos (que não tem laudo) que têm dificuldade algébrica e não conseguem entender o professor explicando. Então é preciso promover ações em que os alunos trabalhem com um todo, trabalhando em grupos, rotacionando esses grupos, vendo materiais. E se o aluno for verbal, é legal conversar com o aluno e ver como ele aprende. Se for não verbal, trabalhe junto com esse professor mediador, vendo até onde esse aluno vai, conhecendo as potencialidades dele, porque às vezes eu tenho que dá até o “x” dessa matéria, mas esse aluno vai até onde? E o que é necessário para ele e todos os outros saberem? Porque às vezes tem partes das disciplinas que não têm contexto nenhum, no contexto que o aluno vive. Será que consigo usar o contexto do aluno para chamar mais atenção? Isso depende muito do grau da deficiência, de como já está sendo trabalhado há alguns anos, porque o atendimento há tempos, inclusive em clínicas/espços especializados, então a quantidade de potencialidades deles é grande. Outros não, porque ficaram em casa, a família não leva para o atendimento

educacional especializado, então há uma dificuldade maior de trabalhar com ele, porque eles não têm ciência de algumas estratégias educacionais já ali com eles e não sabem como eles aprendem, como eles entendem aquilo dali se tem uma estratégia porque eles não vão regularmente. Esses são um pouco mais difíceis de trabalhar, e aí tem que ver estratégias de como eles aprendem, aí é conversando porque depende do grau, depende do aluno, do que ele já passou antes. É aproveitar o que ele já passou antes a favor.

Prata Filho – Você comentou sobre o professor mediador e gostaria que falasse sobre como podemos fazer a articulação da formação dos professores colaboradores/mediadores e dos professores de matemática? Porque muitas vezes quem acompanha os alunos é o professor mediador, mas eles não participam dessa formação.

Rosa – A questão que fica é: Isso é inclusão? Porque assim, eu não estou falando só de vocês, porque aqui quando tem, nós temos semanas de formação, e aí no mesmo horário que tem um minicurso ou uma palestra de matemática, está acontecendo outra de educação especial e aí os professores têm que escolher. E você acha que o professor de matemática vai escolher uma de educação especial? Alguns podem até escolher, mas não são todos. Ou seja, no mesmo horário tem duas formações importantes. Não seria possível colocar em horários diferentes para que eles participassem dos dois?... Então, há necessidade de ter essas ações inclusivas dentro das secretarias, ter uma logística, pois se eu quero que meu professor seja inclusivo dentro da sala de aula, eu preciso promover essa inclusão, ou seja, tem que começar de dentro. Porque eu posso gerar uma prerrogativa de falar assim: Oh, mas esse aluno não é meu, eu não estou preparado para isso. E a própria secretaria dá essa prerrogativa, porque as formações são separadas. Durante a pandemia, eles estavam fazendo gravações, aquelas que passavam na televisão e aí eram feitas em conjunto, já que tinha que fazer adequações. Não sei se foi sempre assim, mas eu lembro que na pandemia foi a hora que eles disseram que era hora de sentar e conversar. Eu achei interessante por isso, e deve acontecer em outros lugares também, mas é complicado... porque às vezes o professor vai falar que não teve preparação e a própria secretaria não tá dando né? Às vezes fala que não teve preparação da graduação e também não tem da prefeitura... E acaba tendo a prerrogativa.

Prata Filho – Eu gostaria de voltar na discussão inicial sobre “o que isso tem a ver com a matemática?”. E assim, mesmo não tendo uma receita, como é que podemos despertar essa importância de trazer as discussões da diversidade, diferença e inclusão para as diferentes áreas da educação, principalmente para a matemática?

Rosa – Vou usar o que eu faço... eu devolvo com uma pergunta: O que pode a matemática? E o que pode um professor de matemática? Isso é pra pessoa dar uma parada e, primeiro é para dar um choque, mas depois é virar e falar assim:

Enquanto professora qual é meu compromisso social? Eu acho interessante que as pessoas falam que a matemática é neutra. Essa matemática é neutra mesmo? Que neutralidade é essa? E aí você fica preso com seu aluno na sala de aula e nada que é externo passa, existe uma barreira intransponível que nada externo chega na sua sala de aula. Você trabalha numa comunidade, tem crianças que chegam sem comer e ainda fala “nossa, essa criança não aprende matemática”, mas ela está com fome! E aí você vai dar uma disfarçada, leva ali na cantina, vê um biscoitinho, mas a criança tá com fome, e aí você vira e fala assim, não, isso não é pra mim. Eu sou professor de matemática. Eu tenho que pensar em números. Uma vez, trabalhei com o 6º ano o conteúdo de frações, levei um bolo, trabalhei o mais rápido sobre o conteúdo, dividi o bolo e todo mundo aprendeu feliz. Na situação, o que isso tem a ver com a matemática? Isso vai além do ser professor, como uma atitude política e ética. Não adianta eu falar que você precisa mudar e pensar em outras coisas que não seja matemática, não adianta, porque as pessoas têm uma crença e acreditam nela, pronto e acabou. Só que existem outras pessoas que vão parar, fazer uma reflexão e falar que realmente a matemática envolve outras coisas e é nesse momento que você conversa e ajuda a discutir sobre ações que podemos fazer para mudar a realidade.

Prata Filho – Professora, como foi importante as discussões feitas aqui. Obrigado pela participação e que possamos ser realmente mais inclusivos.

OBRAS REFERIDAS NO TEXTO

Rosa, F. M. C., Baraldi, I. M. (Org.). (2018). *Educação Matemática Inclusiva: Estudos e percepções*. Mercado de Letras, v. 1. 146 p.

Rosa, F. M. C., Rodrigues, T. D. (2019). Inclusão e (In)tolerâncias, avanços e retrocessos: O que a sociedade, a escola e a Educação Matemática têm a ver com isso? *Educação Matemática em Revista*, 64, pp. 33-51.



FLAVIO RODRIGUES CAMPOS

Possui Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Fundação Santo André (2001), Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2005), Doutorado em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2009), tese que deu origem ao Livro: Diálogo entre Paulo Freire e Seymour Papert: Educação, tecnologia e análise do discurso e Doutorado em Educação Currículo pela PUC-SP (2011). Atualmente é professor e pesquisador da Mercer University, Georgia, EUA, na Faculdade de Educação na área de Educação e Computação. Pesquisador visitante da Escola de Educação da Universidade de Standford, com Pós-Doutorado pela mesma instituição. Atua e realiza pesquisas desde 2003 com projetos de tecnologia, educação e currículo, principalmente sobre ensino de engenharia, robótica e computação para a Educação básica.

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5822519463812833>